

AS



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

CULTURA

**cult
alg** Direção Regional de
Cultura do Algarve

Plano de Atividades

2018

fevereiro, 2018

Handwritten mark

Índice de matérias

Nota Introdutória	3
<i>Um 2018 com mais Acessibilidade à Cultura e ao Património no Algarve</i>	3
Caraterização Interna	6
<i>Atribuições</i>	6
A Missão, a Visão e os Valores	7
<i>A Missão</i>	7
<i>A Visão</i>	7
<i>Os Valores</i>	7
Estrutura Orgânica	8
Recursos	9
<i>Recursos Humanos</i>	9
<i>Financeiros</i>	10
Caracterização do Ambiente Externo	15
<i>Identificação dos stakeholders</i>	21
<i>Tipificação dos serviços fornecidos/produtos/destinatários</i>	22
Objetivos e Estratégias	24
<i>Atividades e projetos</i>	25
<i>Recursos Humanos e Financeiros</i>	31
Conclusões	33
<i>Metodologia de trabalho</i>	33
Considerações finais	34
<i>Dificuldades/Constrangimentos</i>	34
<i>Trunfos/Oportunidades</i>	34
Anexos	37
I – QUAR	
II – Mapa de Pessoal	
III – Plano de Formação	
IV- Mapa de Receita Inicial	
V- Mapa de Despesa Inicial	

Nota Introdutória

Um 2018 com mais Acessibilidade à Cultura e ao Património no Algarve

Em 2018 iniciamos o ano com um calendário de iniciativas dedicadas ao “Ano Europeu do Património Cultural”. Há uma agenda de programação em curso, que terá uma expressão regional. Em janeiro tem lugar uma proposta formativa e de sensibilização para o Património Cultural Imaterial do Algarve, em parceria com a Universidade do Algarve, com a colaboração estreita da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo e da Professora Doutora Carla Almeida. Esta é também uma oportunidade que nos ajudará a promover o Algarve cultural, para além de si e do seu território.

A proposta de objetivos associados ao ano de 2018 inclui 4 grandes objetivos estratégicos: 1) Valorização Profissional; 2) Salvar, conservar, preservar e requalificar património; 3) Promover a fruição e divulgar o património, as artes, o cinema e o audiovisual, o livro, a leitura e a investigação; e 4) Apoiar a criação, produção, promoção artística e a sua projeção internacional.

Continuará a ser essencial o aperfeiçoamento dos mecanismos de planeamento e a gestão rigorosa do nosso trabalho, pelo que, as Jornadas Técnicas, iniciadas no ano de 2017 continuarão como momento privilegiado de formação interna e de partilha de informação inter pares. No âmbito da salvaguarda e valorização do património cultural classificado, há 4 obras, com expectativa de finalização neste ano. O CRESC2020 e as obras e projetos em curso merecem uma atenção reforçada e dão resposta aos objetivos do ano.

Na resposta ao objetivo estratégico número 3, o projeto de dinamização e valorização dos Monumentos – DiVaM –, entra este ano na sua 5ª edição, sob o tema “Património, Que futuro?” salientando-se o seu importante contributo para um acréscimo de entradas nos Monumentos em 2017, particularmente, das populações de proximidade e de alunos das escolas, com o aumento de 57,78% de visitas de alunos das escolas, comparativamente a 2016.

Cumulativamente apresentámos no fim de 2017 um conjunto de candidaturas ao Turismo de Portugal que poderão dar um contributo importante na acessibilidade aos monumentos do Algarve e que incluem 3 projectos a nomear: Projeto de acessibilidades da Fortaleza de Sagres; Projeto de Acessibilidade para a Ermida de Nossa Senhora de Guadalupe e Projeto de Acessibilidades para a Sé de Silves (este último em parceria e com cofinanciamento pela Fábrica da Paróquia da Sé de Silves). Outros estão em desenvolvimento com um grau de maturidade do projeto mais atrasado.

Dos projetos previstos salientam-se: o DiVaM, a Marca do Património Europeu, a semana cultural “Lugares de Globalização” (parceria com a Vicentina e vários municípios do Barlavento), o Projeto INTERREG FORTOURS, a Plataforma das Artes e da Cultura, a Dieta Mediterrânica e o Património Cultural Imaterial e as Lojas com História, a concretização dos projetos do Orçamento Participativo (Hemeroteca Digital do Algarve e Inventariação e proposta de classificação da Festa da Nossa Senhora dos Navegantes da Culatra), o EAGrants, as intervenções com vista à Acessibilidade nos Monumentos, os apoios à ação cultural, os apoios à edição, o Prémio Maria Veleda, assim como, a prossecução dos protocolos e parcerias subscritos, a elaboração das ZEP e dos seus regulamentos, entre outros.

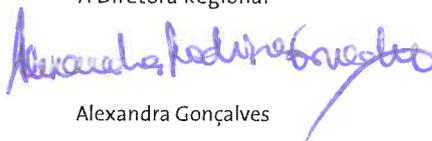
Promete ser mais um ano de contínuo esforço e dedicação pública, em que subsistem preocupações de consolidação dos meios humanos e técnicos disponíveis não obstante as dificuldades para conseguir garantir os meios materiais e financeiros para fazer cumprir a missão regional: "de criação de condições de acesso aos bens culturais, o acompanhamento das atividades e a fiscalização das estruturas de produção artística financiadas pelos serviços e organismos da área da cultura, o acompanhamento das ações relativas à salvaguarda, valorização e divulgação do património cultural imóvel, e o apoio a museus."

Conforme tem sido expresso ao longo destes 4 anos, neste compromisso com a missão, a visão e os valores deste organismo, o lema continuará a ser: “Cultura e património no Algarve, valores a reforçar e a democratizar”.

AG

Espera-nos assim um esforço de equipa, de parcerias e de trabalho em rede, pelo que contamos com todos. Acreditamos tal como Hannah Arendt que: *“A ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros.”*

A Diretora Regional



Alexandra Gonçalves



Caraterização Interna

Atribuições

A Lei Orgânica da Presidência do Conselho de Ministros – Decreto-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de dezembro – define no artigo 29.º as Direcções Regionais de cultura como “serviços periféricos da PCM na área da cultura, que têm por missão, na sua área de atuação geográfica e em articulação com os organismos centrais da PCM, na área da cultura, a criação de condições de acesso aos bens culturais, o acompanhamento das atividades e a fiscalização das estruturas de produção artística financiadas pelos serviços e organismos da área da cultura, o acompanhamento das ações relativas à salvaguarda, valorização e divulgação do património arquitetónico e arqueológico, e ainda o apoio a museus”.

Enquanto serviço periférico, a jurisdição territorial da DRCAlg corresponde a uma NUT de nível 2 e 3, abrangendo o Distrito de Faro e os 16 concelhos que compõem o Algarve.

O Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio define no número 2 e 3 do artigo 2.º as atribuições das Direcções Regionais de Cultura. Estes serviços periféricos da Administração direta do Estado, dotados de autonomia administrativa, atuam em duas áreas principais:

1. na salvaguarda e gestão do património cultural; e,
2. na promoção da criação artística, neste caso com duas vertentes uma de fiscalização das estruturas financiadas pelos organismos da PCM da área da cultura e uma outra, no apoio ao tecido cultural não profissional da sua área territorial.

O referido diploma legal de constituição das DRC's cria também o lugar de Diretor Regional e de Diretor de Serviços. Posteriormente, a Portaria n.º 227/2012, de 3 de agosto fixa o número de Unidades Orgânicas Flexíveis – que no caso da Direção Regional de Cultura do Algarve se traduziu em apenas 1 a Direção de Serviços dos Bens Culturais que tem como competências as previstas na portaria 227/2013 de 3 de agosto.



A Direção Regional de Cultura do Algarve criou por Despacho da Diretora Regional nº 11147/2012 a 16 de agosto de 2012 unidade orgânica flexível, Divisão de Administração e Recursos que tem como competências as definidas no mesmo Despacho.

A Missão, a Visão e os Valores

A Missão

A Direção Regional de Cultura do Algarve tem como missão na sua área de atuação geográfica e em articulação com os serviços e organismos da PCM na área da cultura, a criação de condições de acesso aos bens culturais, o acompanhamento das atividades e a fiscalização das estruturas de produção artística financiadas pelos serviços e organismos da área da cultura, o acompanhamento das ações relativas à salvaguarda, valorização e divulgação do património cultural imóvel, móvel e imaterial, e o apoio a museus.

A Visão

“Ser reconhecido como serviço de referência no apoio à defesa, à salvaguarda e à valorização do património cultural imóvel, móvel e imaterial, mas também na atividade criativa e na promoção da identidade cultural, da região do Algarve.”

Os Valores

- Compromisso;
- Responsabilidade;
- Cooperação;
- Integridade.



Estrutura Orgânica

A Direção Regional de Cultura do Algarve é dirigida por uma Diretora Regional, coadjuvada por um Diretor de Serviços e uma Chefe de Divisão.

Diretor/a Regional

<i>Direção de Serviços dos Bens Culturais</i>

Salvaguarda Gestão dos Monumentos afetos Apoio aos museus da região

<i>Divisão de Administração e Recursos</i>
--

Secção de Recursos Financeiros e Logísticos Secção de Recursos Humanos, Expediente e Arquivo

<i>Unidade Técnica de Promoção da Criação Artística</i>

<i>Unidade Técnica de Educação, Animação e Comunicação</i>
--

Possui oito monumentos afetos, dos quais quatro têm abertura regular ao público com bilheteira:

- Ruínas romanas de Milreu (Faro);
- Monumentos megalíticos de Alcalar (Portimão),
- Ermida de Nossa Senhora da Guadalupe (Vila do Bispo);
- Fortaleza de Sagres (Vila do Bispo).

O Castelo de Loulé que está inserido no âmbito de atuação da Câmara Municipal de Loulé e do seu Museu Municipal, (Loulé); o Castelo do Paderne (Albufeira), tem protocolo de gestão partilhada com a Câmara Municipal de Albufeira abrindo regularmente para visitas de grupos mediante solicitação prévia; as ruínas romanas da Abicada (Portimão) são geridas em conjunto com a



Câmara Municipal de Portimão (Alcalar) e encontram-se abertas sem bilheteira nem vigilância; o castelo de Aljezur (encontra-se aberto sem bilheteira de vigilância).

Recursos

Recursos Humanos

A DRC Algarve dispõe em 2018 para a prossecução dos seus objetivos, projetos e atividades, de um total de 48 trabalhadores inscritos no Mapa de Pessoal aprovado em anexo, dos quais só 40 estão ocupados, caracterizados conforme gráficos abaixo

Figura nº 1 Distribuição dos trabalhadores por áreas funcionais

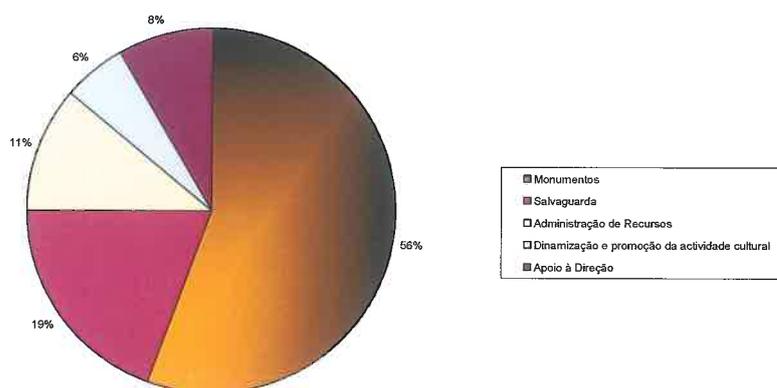
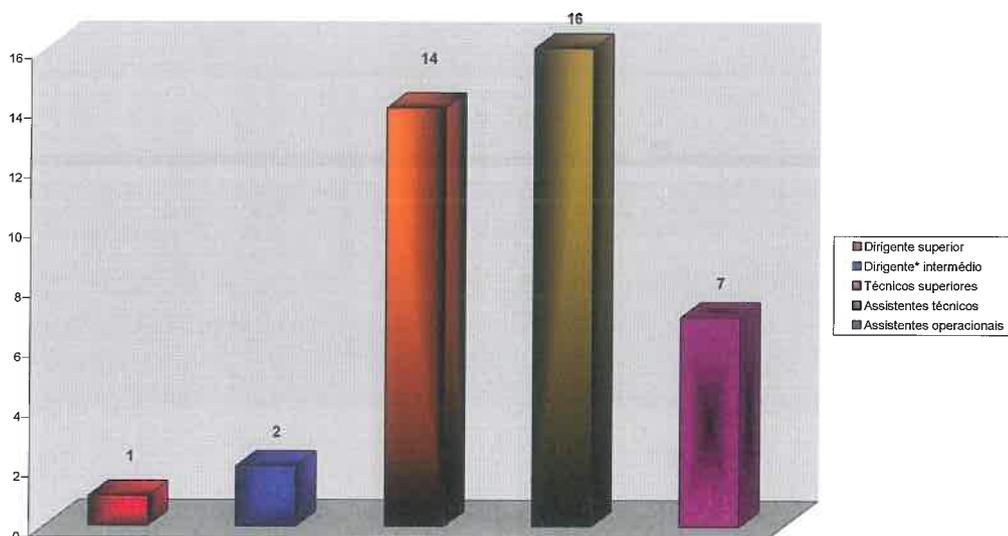


Figura n.º 2 – Distribuição dos colaboradores por categorias no Mapa de Pessoal 2018





Financeiros

A receita própria da Direção Regional proveniente da venda de bens e serviços, inscrita para 2018, totaliza 780.000, distribuída pelas várias Fontes de Financiamento (123 e 167). Em resumo temos um orçamento suportado pelas seguintes Fontes de Financiamento:

FF 111 – 932.669€ + 235.172€ de Orçamento Participativo;
FF 123 – 752.033€;
FF 129 – 500.000€;
FF 161 – 183.709€;
FF 167 – 27.967€;
FF 169 – 898.091€;
FF 216 – 1.130.900€ – CRESC ALGARVE 2020;
FF 221 – 29.003€;
FF 151 – 76.309€; Investimento;
FF 216 – 111.672€; Investimento.

O Orçamento de Funcionamento desenvolve-se por Atividades e Projetos:

No Domínio da Ação Cultural e Artística:

Atividades 106 – Qualificação, Promoção e Divulgação Cultural, destinada a suportar os encargos decorrentes da Ação Cultural e Criação Artística – Apoio à criação artística nos vários domínios através do associativismo;

DiVaM (5ª edição do Programa de Dinamização e Valorização dos Monumentos do Algarve):
Programação em rede dos Monumentos do Algarve envolvendo os agentes culturais da região dos vários domínios artísticos, com uma programação entre março e dezembro, que reduz intensidade durante os meses de julho e agosto, em que o turismo é muito acentuado e com outras motivações, assim como, outras ofertas muito alargadas. Projeto DiVaM – 2018 terá como tema central – O Património Imaterial e Raízes Mediterrânicas;

Apoio através da ação cultural aos festivais e ciclos regionais de cinema desenvolvidos na região (cineclubes e outros);

Apoio à organização de um Encontro de Orquestras Juvenis do Algarve (com a participação das Escolas de música e conservatórios do Algarve);

Semana Cultural” Lugares de Globalização” em março em parceria com a Associação Vicentina e vários municípios do Barlavento, potenciando a candidatura inserida na lista indicativa da UNESCO dos “Lugares de Globalização”.

Reforço público da importância da cultura para a região através de incentivos e espaços de debate: Continuidade do Prémio Maria Veleda, criado em 2014. O Prémio promove personalidades que na região se tenham destacado na cultura, pela promoção de valores associados à igualdade de género e de oportunidades. Prémios – Mulheres criadoras de Cultura no Algarve, Estudos sobre Públicos de Cultura;

Parceria "Café Com Letras": continuação do projeto de parceria com a Universidade do Algarve e a FNAC, que em conjunto programamos um encontro a cada primeira sexta-feira do mês, às 18h; Comemoração regional do Dia Nacional das Bandas Filarmónicas em parceria com a Fundação Inatel (4ª edição).

Promoção do Livro, da Leitura e das edições de âmbito regional na relação com a cultura e o património da região;

Continuação da Comissão de Apoio à Edição e das publicações no âmbito da linha editorial criada para a Direção Regional de Cultura do Algarve.

Na Formação dos Profissionais:

Atividade 108 – Museus Património Móvel e Imaterial, para realização de Formações/Seminários - Continuação do apoio e promoção de ações de formação dirigidas aos técnicos das unidades museológicas da Rede de Museus do Algarve. Continuidade de ofertas formativas aos técnicos de cultura, património, museus e turismo e Candidatura " O Algarve na Dieta Mediterrânica".

Salvaguarda, valorização e proteção do património cultural: bens culturais imóveis

Atividade 109 – Património Arquitetónico, Arqueológico e Paisagístico.

Desenvolvimento da Exposição de longa duração do novo Centro Expositivo da Fortaleza de Sagres sobre “A Viagem”; Apoio e acompanhamento dos projetos de intervenção decorrentes do mapeamento desenvolvido e aprovado no âmbito do CRESC Algarve 2020 (PO Regional);

Desenvolvimento dos procedimentos necessários à fixação e definição dos conteúdos das zonas de proteção dos imóveis classificados;

Promoção de ações de divulgação e valorização dos bens imóveis e móveis sob gestão da DRCAlg.

Desenvolvimento do projeto regional decorrente de nova legislação nacional do comércio tradicional, das Lojas, estabelecimentos e equipamentos com história, relevância cultural e social, em articulação com várias associações e os municípios do Algarve.

Rotas temáticas (com recurso a candidaturas a fundos como o Interreg 5A e POREgional:

Rota dos Lugares da Globalização: proposta apresentada à CCDRALgarve no âmbito dos programas transfronteiriços, procurando o desenvolvimento de parcerias que permitam a estruturação e sedimentação da candidatura à UNESCO em curso;

Projeto FORTOURS TOUR (Fortificações de Fronteira): Fomento do Turismo Cultural Transfronteiriço Criação de um itinerário transfronteiriço correspondente a um conjunto das fortificações baixo e tardomediavais do sudoeste peninsular;

Na Cooperação, Internacionalização e Comunicação – Cooperação intra-regional

Instrução dos procedimentos de autorização e fiscalização e acompanhamento dos trabalhos arqueológicos na região;

Apoio técnico e coordenação de projetos regionais que possibilitem a valorização do património religioso do Algarve em curso;

Atualização anual do Plano Regional de Intervenções Prioritárias (PRIPAlg) com o apoio dos municípios do Algarve;

Continuação do estreitamento de parcerias territoriais com vista à maior fiscalização e salvaguarda do património cultural em zonas de proteção (fora das zonas urbanas elaboração de protocolo com GNR, equipa do SEPNA);

Continuação das parcerias com a RUA FM e a Associação Página em Branco com vista a melhorar e divulgar a Cultura Regional;

Implementação dos projetos ganhadores do Orçamento Participativo da região.

Na Promoção do desenvolvimento e da participação em parcerias e redes que possibilitem um trabalho conjunto entre vários níveis de administração e equipamentos culturais, e Desenvolvimento de narrativas culturais, patrimoniais e artísticas em rede:

Apoio a projeto de criação artística que tem por base a criação de uma proposta de criação nova conjunta para uma rede de equipamentos que possa circular pelos auditórios do Algarve até fora da região;

Rede regional de património religioso e turismo (Diocese, União de Misericórdias, AMAL, IEF, UALG, CCDR e DRCAlg), com vista à promoção de candidaturas ao PO regional que viabilizem a interpretação, valorização e interpretação deste património no Algarve.

Continuação da participação na rede dos Museus do Algarve e na rede "articular para intervir" criada pela CCDRALg no âmbito da Dieta Mediterrânica, património da Humanidade.

Na continuação da afirmação e reconhecimento europeu e internacional do património e cultura do Algarve:

Divulgação e promoção do Promontório de Sagres como Marca do Património Europeu;

Desenvolvimento da candidatura conjunta dos "Lugares da Primeira Globalização" a Património Mundial como forma de salvaguarda e valorização da história e do património associado ao Algarve como território de descoberta do 'Novo Mundo'. Constituição do modelo de gestão e de atividades do grupo de trabalho que envolve vários municípios da região e a Universidade do Algarve, bem como, outros parceiros.

Inovação, conhecimento e serviços – Modernização da comunicação em Cultura e desenvolvimento de plataformas de TIC e indicadores para a Cultura, Artes e Indústrias Criativas:

Participação na definição de indicadores sócio culturais à integração do projeto OBSERVE – Observatório da Sustentabilidade da Região do Algarve para o turismo em colaboração com a UALG – Universidade do Algarve;

Desenvolvimento de Inquérito e base de dados dos agentes culturais do Algarve;

Participação no Conselho Regional de Inovação da CCDRALg;

Participação em Projetos de Inovação na área das Industrias Culturais e Criativas a convite do CRIA – UALG (ex. cinema, Creaimavation).

Handwritten signature

Atividade 258 – Gestão Administrativa – suporta todos os encargos com Pessoal, funcionamento corrente, bem como os projetos co-financiados Promoção do Turismo Sustentável no Baixo Guadiana – Castelos de Fronteira; assim como outras candidaturas em avaliação.



Caracterização do Ambiente Externo

A posição geográfica do Algarve coloca-o na ponta sul do país e por isso longe dos principais aglomerados populacionais, pelo que as dinâmicas associadas a estes recursos têm que envolver os visitantes – turistas da região para que consiga a afirmação que se pretende. Numa abordagem macro cultural, nos anos 90 do século XX verificou-se um elevado investimento, sobretudo de âmbito municipal que se prolongou até anos mais recente em novos equipamentos culturais.

A posição geográfica do Algarve coloca-o na ponta sul do país e por isso longe dos principais aglomerados populacionais, pelo que as dinâmicas associadas a estes recursos têm que envolver os visitantes – turistas da região para que consiga a afirmação que se pretende. Numa abordagem macro cultural, nos anos 90 do século XX verificou-se um elevado investimento, sobretudo de âmbito municipal que se prolongou até anos mais recente em novos equipamentos culturais.

Neste momento o Algarve conta apenas com 5 museus acreditados na Rede Nacional de Museus (Faro, Loulé, Tavira, Portimão e Albufeira), mas outros 2 têm o processo iniciado. A Rede Regional de Museus por sua vez, tem um carácter informal e promove o desenvolvimento de projetos conjuntos, a partilha de experiências educativas e de formação entre museus, assim como, promove o intercâmbio técnico em várias áreas como é o caso da arqueologia e da conservação e restauro. Desde 2014, a Direção Regional da Cultura do Algarve também passou a integrar esta Rede e com frequência promove ações de formação destinadas aos técnicos dos museus.

Na sequência destas outras redes também os Arquivos se juntaram criando uma rede regional e prosseguindo objetivos semelhantes. Os teatros estão também a desenvolver um percurso semelhante assente sobretudo numa programação em rede.

Com revisão do regulamento dos Apoios ao Associativismo, tendo em vista a criação de critérios associados a uma definição de estratégia regional para a cultura e a separação dos Apoios à Edição, dos demais apoios à ação cultural. Esta separação permitiu a criação de uma linha editorial.

Handwritten signature

A concentração de actividades, de espaços e de agentes culturais na faixa litoral da região, que coincide com as áreas de maior densidade populacional, levaram à introdução de fatores de ponderação na matriz que procuram dar contributos para um combate à desertificação cultural do interior e para uma maior democratização cultural.

Por outro lado, a responsabilidade da marca da Direção Regional da Cultura do Algarve no apoio às edições (livros, música e filmes) levou a que para além da separação destes apoios dos demais, se criasse uma comissão regional de especialistas para promover uma avaliação de base científica e académica dos trabalhos a apoiar anualmente.

As bandas filarmónicas, as casas do povo e os grupos folclóricos têm também uma representação mais homogénea na faixa central do Algarve e possuem um papel fundamental na manutenção e promoção dos valores culturais tradicionais pelo que têm merecido uma atenção nos apoios e actividades deste organismo.

Em termos de projetos artísticos de dimensão regional e âmbito profissional temos a destacar a ATA – A Companhia de Teatro do Algarve que através do seu projeto educativo – o VaTe (Vamos apanhar o teatro) descentraliza as suas propostas levando ao interior e a comunidades de menor dimensão um autocarro que inclui um pequeno auditório para as representações; a Orquestra Clássica do Sul (antiga Orquestra Regional do Algarve), que é gerida pela Associação de Música do Algarve e que tem como associados 14 dos 16 municípios algarvios, bem como a Universidade do Algarve e a Região de Turismo do Algarve, com a mudança da designação a Associação está a trabalhar no sentido de ter como associados os Municípios do Alentejo, bem como a Região de Turismo do Alentejo e a Universidade de Évora; o Laboratório de Artes Criativas de Lagos, com forte presença das artes plásticas, das artes visuais, da música e da pintura e que promove residências artísticas com o apoio da DGArtes e o espaço alternativo que possui uma maior presença da dança – o CAPA – Centro de Artes Performativas do Algarve, gerido pela associação Devir em Faro.

De referir também o Conservatório Regional de Música do Algarve (em Faro), o Conservatório de Música de Albufeira, o Conservatório de Música de Olhão, o Conservatório de Vila Real de Santo



António e um conjunto de várias Academias (com grande destaque para Lagos, Portimão, Loulé e Tavira) que promovem o ensino artístico na região com especial enfoque na música. As bandas e grupos filarmónicos também possuem associadas escolas de música, o que possibilita uma ampla cobertura do território em termos de formação musical.

No domínio do património cultural, compete à Direção Regional de Cultura definir uma estratégia regional de intervenção no património cultural edificado e estabelecer prioridades para as ações de salvaguarda e valorização, já que tem entre as suas atribuições a elaboração de um Plano Regional de Intervenções Prioritárias, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do art.º 2.º do Decreto Lei n.º 114/2012, de 25 de maio.

Este Plano fundamenta a proposta anual, a apresentar à DGPC das intervenções em matéria de estudo e salvaguarda no património arquitetónico e arqueológico, bem como os programas e projetos, anuais e plurianuais, da sua conservação, restauro e valorização, procurando garantir, articuladamente com a entidade nacional de tutela, a promoção e execução das ações.

Desde Janeiro de 2010 que se iniciou a elaboração regular do Plano Regional de Intervenções Prioritárias para o Algarve/PRIPALG, com o levantamento do património em risco na região, o que tem permitido estabelecer prioridades regionais e definir investimentos e prazos de intervenção. Estas prioridades têm ajudado também a definir as intervenções dos municípios e contribuído para a seleção dos apoios a obras no âmbito do quadro de regional de financiamentos no âmbito do Programa Operacional Regional.

A metodologia utilizada neste instrumento operativo tem privilegiado um diálogo com os Municípios e constitui-se como um documento aberto, sendo atualizado anualmente, facilitando uma ação regional concertada.

A partir de 2012, que em face das circunstâncias de remodelação dos serviços decorrente do PREMAC, se tem procedido apenas a uma atualização pontual da tabela de análise e ao restabelecimento ocasional de prioridades.



Os critérios de prioridade nas intervenções distinguem-se em duas vertentes: salvaguarda e valorização, e estabelecem três ordens de critérios de prioridade: de índole patrimonial, socioeconómica e material.

Relativamente às intervenções em bens culturais imóveis classificados, verifica-se que durante o ano de 2017 foram efetuadas obras de consolidação/conservação ou restauro em 18 imóveis classificados de grau nacional, entre os quais se contam 8 Monumentos Nacionais mas apenas 1 monumento afeto à DRCAlg (Torre e Muralhas de Sagres, MN).

O PRIPALG 2017, que avalia o estado de conservação do património classificado e prioriza as intervenções a realizar em 2018, foi realizado em cooperação com 14 das 16 autarquias da região e identifica as necessidades de consolidação/conservação prioritária em 60 imóveis classificados de grau nacional.

Uma particular relevância é conferida às necessidades de intervenção em bens culturais imóveis classificados de grau nacional que se encontram ameaçados pela instabilidade das arribas e pelo recuo da linha de costa, contando-se um total de 8 imóveis classificados nesta situação, entre os quais 1 Monumento Nacional (Torre e Muralhas de Sagres), situação que foi monitorizada em cooperação com a APA/ARH-Algarve.

As necessidades de intervenção identificadas em imóveis classificados de grau nacional e de grau municipal apresentam uma clara discrepância, verificando-se um maior peso daqueles, mas tal fica a dever-se a que, na região, o número de imóveis classificados com grau nacional (26 Monumentos Nacionais e 102 de Interesse Público) supera amplamente os classificados com grau municipal (33).

Esta situação não é anómala se comparada com o resto do país mas deverá ser tendencialmente corrigida, no sentido de inverter o panorama regional atual, onde apenas num município (Silves) os imóveis classificados de grau municipal superam embora apenas ligeiramente, os de grau



nacional (19 para 17), incentivando os municípios a desencadear procedimentos de proteção legal para os imóveis com relevância a nível concelhio.

No Algarve, o Estado Português administra diretamente oito destes «sítios», mediante a sua afetação à Direção Regional de Cultura do Algarve. São imóveis classificados como bens culturais de grau nacional, que se procura manter preservados e preparados de forma a possibilitar o acolhimento simultâneo de públicos diversificados, entre os quais, estudantes, visitantes e turistas.

Esses sítios desempenham um papel incontornável na programação de atividades de extensão cultural: na mediação de saberes, na conceção e curadoria de exposições, na qualificação das experiências de visita turística, na mobilização de recursos, mormente voluntariado e na angariação de financiamentos.

Figura nº 4 – Caracterização do Ambiente Externo

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Clima ameno, hospitalidade e ambiente de segurança que se vive na região que contribuem para a atratividade turística da região e para a fixação de estrangeiros residentes que possuem hábitos de consumo cultural • Maior disponibilidade de trabalho em rede pelos diferentes níveis de organismos da administração pública de diferentes áreas; • Taxas de crescimento muito positivas do turismo internacional devido às perturbações políticas e económicas de alguns mercados concorrentes; • Tecido cultural jovem e dinâmico apesar das dificuldades de apoio; • Oportunidades de cooperações transfronteiriças, com a Andaluzia, que revelam interesse em trabalhar em projectos conjuntos de reabilitação e valorização patrimonial; • Conjunto de equipamentos com boas condições de acolhimento de diversidade de eventos; • Definição de estratégia conjunta entre a educação e a cultura em termos nacionais, estabelecendo-se como objectivo obrigatório a constituição do perfil cultural dos alunos ao longo da sua vida escolar; • Presença na região da Universidade do Algarve que tem vindo a desenvolver o ensino mas 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades financeiras dos municípios que estrangulam a capacidade de investimento em programação cultural e o apoio ao associativismo nestas áreas; • Apoio às artes na região tem sido muito reduzido comparativamente ao resto do país e descontinuado em alguns projectos; • Desinvestimento da administração central numa Agenda regional de eventos com vista à dinamização cultural do Algarve; • Tecido cultural profissional muito débil e com dificuldade de circulação para fora do Algarve; • Dificuldades de organização e mobilização dos movimentos de cidadania para o apoio voluntário nestas áreas; • Incapacidade de investimento na salvaguarda do património cultural classificado da região por falta de investimento público (nível local, regional e nacional) mas também pela baixa comparticipação dos fundos europeus na região que obrigam a uma contrapartida pública muito elevada;



<p>também a investigação nos domínios das artes, do património e da cultura com capacidade e potencial de desenvolvimento;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Novas oportunidades de financiamento do sector cultural criadas pelo Programa de Animação Cultural 365Algarve. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzido apoio mecenático do tecido empresarial regional às artes, cultura e património na região.
---	--

Neste contexto, de uma região ainda com assimetrias no acesso à cultura e aos bens culturais é de referir o papel das autarquias como fundamental quer na realização de infra-estruturas culturais, quer no apoio aos agentes culturais do respetivo concelho. Contudo, falta ainda conseguir mais projetos de complementaridade territorial, para que a região possa beneficiar do conjunto.

No decurso deste ano outros desafios na documentação e inventariação, e também no apoio à preservação do Património Cultural Imaterial da região do Algarve foram sendo desenvolvidos e em 2018 serão apresentadas novas propostas de inscrição no Inventário nacional do PCI.

As indústrias criativas também fizeram parte da agenda na relação com o CRIA da Universidade do Algarve e com a CCDR Algarve foram-se estreitando relações e apoio ao design e aos ofícios, mas também em projetos em parceria de que são exemplo o Chimera e o Creainnovation em curso.

A continuação do Prémio Regional Maria Velela, iniciado em 2014, que promove personalidades da região procurando contribuir para a afirmação e valorização da cultura na região.

O ano de 2018 será um ano de continuidade deste trabalho, procurando melhorar a estratégia de comunicação e o trabalho em rede, mas também abraçando novos desafios.

Preocupam-nos o défice de apoio às actividades artísticas nos primeiros ciclos de ensino, a manutenção futura e a sustentabilidade das poucas estruturas profissionais existentes na região e a oportunidade de aparecimento de outras que possam contribuir para uma qualificação artística e cultural sustentadas da região, as dificuldades de apoio sustentado e equilibrado entre os vários municípios no apoio às artes e à cultura, e a nossa dificuldade de investimento na manutenção e salvaguarda dos monumentos e do património classificado da região de forma equilibrada.



Na área do património cultural e da sua preservação e divulgação temos assistido a uma maior consciência deste recurso como uma riqueza endógena que pode e deve ser potenciada no cluster regional da cultura e do turismo. A realização de estudos, sobretudo no campo disciplinar da arqueologia, bem como a musealização de alguns sítios arqueológicos tem contribuído para a criação de rotas temáticas, que importa encontrar meios para continuar a dinamizar e a valorizar.

Seria necessário um fortalecimento da entidade regional em termos de meios humanos e materiais para se conseguir assumir como força motriz na inter relação com as dinâmicas de salvaguarda e valorização do património e da cultura, com capacidade para acompanhar com maior proximidade e maior capacidade o desenvolvimento de boas práticas.

Identificação dos stakeholders

Figura nº 5 – Parceiros e Clientes

Parceiros e Clientes
Tutela (Ministério da Cultura)
Secretaria-Geral do Ministério da Cultura
Organismos da Administração Pública Central e Regional, dos quais se destacam: - DGPC – Direção Geral do Património Cultural - DGArtes – Direção Geral das Artes; - GEPAC – Gabinete de Estratégia Planeamento e Avaliações Culturais; - DGAEP – Direção Geral Administração e Emprego Público; - DGeste (Direção de Serviço dos Estabelecimentos Escolares do Algarve).
Outros organismos regionais, dos quais se destacam: - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve; - Universidade do Algarve; - AMAL - Área Metropolitana do Algarve - RTA – Região de Turismo do Algarve
Através da realização de projetos pontuais ou de parcerias mais alargadas na área patrimonial e de criação artística.
Agentes culturais profissionais – através do acompanhamento e avaliação das atividades apoiadas pelos organismos da área da cultura da PCM, nomeadamente a DG Artes.
Agentes culturais não profissionais – através do apoio ao associativismo cultural e à valorização e divulgação dos trabalhos de criação, produção e divulgação das artes na região.
Universidade do Algarve/Grupos de Investigação, Grupos de Ação Cultural e Biblioteca Central
A Diocese do Algarve, as Misericórdias do Algarve e outras entidades privadas detentoras de património classificado que carece de acompanhamento na análise dos seus projectos de intervenção.
As autarquias – como parceiras para a salvaguarda do património e para a realização de iniciativas conjuntas e apoio aos agentes culturais locais, bem como para a implementação de uma estratégia cultural regional.
Cidadãos e população em geral – através da análise de processo de obras, do apoio à classificação de imóveis, de emissão de certidões.
Visitantes dos monumentos afetos – através de inquéritos e de caixas de sugestões possibilitando a aferição do grau de



satisfação dos mesmos.

População escolar – através da oferta de iniciativas na área da Educação Patrimonial.

Tipificação dos serviços fornecidos/produtos/destinatários

Os serviços prestados pela Direcção Regional de Cultura do Algarve emanam das atribuições definidas nos números 2 e 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio. No desenvolvimento da sua actividade e no âmbito das atribuições identificadas a Direcção Regional de Cultura do Algarve presta os serviços enunciados no quadro seguinte e disponibiliza os seguintes produtos:

Figura n.º 6 – Serviços e Fornecedores

Direcção Regional de Cultura do Algarve		
Serviços	Principais produtos	Destinatários
Apoiar iniciativas culturais locais ou regionais que, pela sua natureza, correspondam a necessidades ou aptidões específicas da região e não integrem programas de âmbito nacional	Relatórios de acompanhamento e finais das iniciativas; Realização de edições; Divulgação na página WEB de iniciativas, facebook, blog e outros meios de divulgação	Associações culturais Agentes culturais
Apoiar agentes, estruturas, projetos e ações de carácter não profissional nos domínios artísticos e da cultura tradicional	Regulamento de Apoio ao Associativismo; Relatório de análise das candidaturas; Relatório de acompanhamento e final das candidaturas; Realização de espetáculos, exposições, colóquios, edições; Publicitação na página WEB, facebook, blog e outros meios de divulgação	Associações culturais Agentes culturais não profissionais
Assegurar o acompanhamento das atividades e a fiscalização das estruturas apoiadas pela área da cultura da PCM	Relatório de acompanhamento a entregar à DGArtes	Agentes culturais profissionais
Propor à DGPC o plano regional de intervenções prioritárias em matéria de estudo e salvaguarda do património arquitetónico e arqueológico	Elaboração e atualização do plano Publicitação na página WEB, facebook, blog e outros meios de divulgação	Autarquias Direção Geral do Património Cultural
Assegurar, no âmbito das respetivas atribuições, a representação da DRC em sede da elaboração dos planos directores municipais bem como apoiar a DGPC na elaboração de estudos de impacte ambiental, dos planos de pormenor de salvaguarda e de reabilitação urbana e demais instrumentos de gestão territorial	Participação nas comissões de acompanhamento e emissão de pareceres	Autarquias Comissão Coordenação Regional do Algarve Direção Geral do Património Cultural
Acompanhar e fiscalizar a execução de	Emissão de pareceres	Direção Geral do

intervenções nas zonas de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação.		Património Cultural
Pronunciar -se e submeter a apreciação da DGPC os estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados como monumento nacional ou interesse público, ou em vias de classificação, e nas zonas de proteção dos imóveis classificados afetos à DGPC.o	Emissão de pareceres	Direção Geral do Património Cultural
Instruir e submeter à apreciação da DGPC os processos de classificação e fixação das zonas especiais de proteção de imóveis de interesse nacional e de interesse público.	Emissão de pareceres	Direção Geral do Património Cultural
Acompanhar, as ações de salvaguarda e valorização do património arquitetónico e arqueológico.	Emissão de pareceres	Direção Geral do Património Cultural
Emitir parecer sobre planos, projetos, trabalhos e intervenções de iniciativa pública ou privada com impacto arqueológico.	Emissão de pareceres	Direção Geral do Património Cultural
Apoiar e colaborar na inventariação sistemática e atualizada dos bens que integram o património arquitetónico.e arqueológico.	Informação	Direção Geral do Património Cultural
Instruir e submeter à apreciação da DGPC os pedidos de autorização para a realização de trabalhos arqueológicos.	Instrução de processos	Direção Geral do Património Cultural
Instruir e submeter à apreciação da DGPC os pedidos de autorização para a realização de trabalhos arqueológicos.	Instrução de processos	Direção Geral do Património Cultural
Fiscalizar e acompanhar os trabalhos arqueológicos autorizados pela DGPC.	Elaboração de relatórios	Direção Geral do Património Cultural
Gerir os monumentos afetos e assegurar as condições para a sua fruição pelo público	Assegurar a abertura dos monumentos à fruição pública Realização de materiais de divulgação e pedagógicos dos monumentos Realizar e execução de programas de manutenção dos monumentos Realização e execução de programas de Educação Patrimonial	População em geral Escolas
Realizar o processo instrutório de licenciamento de obras em imóveis e sítios classificados, ou em vias de classificação, nas respetivas zonas de protecção, bem como nas áreas com sensibilidade arqueológica, realizar processos instrutórios de propostas de classificação e instruir os processos de licenciamento de trabalhos arqueológicos.	Emissão de pareceres instrutórios para decisão vinculativa ou para envio à DGPC Emissão de pareceres e instrução de processos de classificação para decisão da DGPC Publicitação das consultas públicas daí decorrentes na página Web, no facebook, no blog e noutros meios de divulgação	Autarquias locais População em geral
Dar apoio técnico, em articulação com a DGPC, a museus integrados na Rede Portuguesa de Museus e a outros localizados	Emissão de pareceres técnicos; Realização de visitas técnicas	Museus e entidades museológicas da região



na região		Autarquias Privados que façam a gestão de museus
Dar apoio técnico, em articulação com a DGPC, a processos de inventariação e registo do Património Cultural Imaterial	Emissão de pareceres técnicos; Realização de visitas de levantamento e registo das práticas e manifestações de PCI	Autarquias Agentes culturais População em geral
Emitir parecer sobre projetos enquadráveis no âmbito do mecenato cultural e sobre quaisquer outras matérias que lhe sejam solicitadas no âmbito dos serviços e organismos da área da cultura.	Emissão de pareceres técnicos Informações	Gabinete do Secretário de Estado da Cultura GEPAC

Objetivos e Estratégias

OE1: Valorização Profissional

Objectivo Operacional OO5: Adotar procedimentos de boas práticas no atendimento ao cidadão;

Objectivo Operacional OO6: Promover a formação profissional;

OE2: Salvaguardar, Conservar, Preservar e Requalificar o Património

Objectivo Operacional OO2: Promover a salvaguarda, valorização e proteção do património cultural da região;

Objectivo Operacional OO4: Concretizar parcerias que contribuam para a salvaguarda e valorização dos bens culturais da região;

OE3: Promover a Fruição e Divulgar o Património, as Artes, o Cinema e o Audiovisual, o Livro, a Leitura e a Investigação

Objectivo Operacional OO1: Promover a fruição e divulgar o património;

Objectivo Operacional OO4: Concretizar parcerias que contribuam para a salvaguarda e valorização dos bens culturais da região;

Objectivo Operacional OO5: Monitorizar o grau de satisfação dos utentes da DRCAlg e visitantes dos monumentos;

Objectivo Operacional OO7: Monitorizar os indicadores de desempenho dos imóveis afetos de forma a garantir a sua comparabilidade;

OE4: Apoiar a Criação, Produção e Promoção Artística e a sua Projeção Internacional

Objectivo Operacional OO3: Promover o apoio e o acompanhamento das atividades culturais apoiadas na região.

Atividades e projetos

Neste capítulo são apresentados a atividade e os projetos a desenvolver pela Direção Regional da Cultura do Algarve para 2018 através dos seus serviços em torno de 4 pontos principais:

1. Atividades/projetos que concorrem diretamente para a prossecução dos objetivos estratégicos;
2. Atividades/projetos que não estão diretamente relacionadas com objetivos estratégicos;
3. Atividades de suporte e correntes, que asseguram o normal funcionamento da organização e que são fundamentalmente da responsabilidade da DAR;
4. Atividade dos grupos de trabalho internos e de representação institucional;
5. Atividades/projetos que concorrem diretamente para a prossecução dos objetivos estratégicos;

Destacamos as atividades e os projetos que consideramos indispensáveis tendo em consideração as necessidades e fragilidades específicas da região, bem como o orçamento de 2018. Assim, na área da salvaguarda e valorização do património:

.Atividades e projetos que concorrem para a prossecução dos objectivos estratégicos ao nível da salvaguarda e valorização dos Bens Culturais:

1. Garantir a execução (física e financeira) do Projeto de Valorização e Requalificação do Promontório de Sagres (2ª fase) com a contrapartida nacional assegurada pelo Programa de Intervenção de Turismo (PIT) do Turismo de Portugal e pelo PO Algarve CRESC 2020 no eixo do Património Cultural;
2. Consolidar o Promontório de Sagres como Marca do Património Europeu;



3. Atualizar e implementar os Planos de Manutenção dos Monumentos afetos permitindo realizar um trabalho de conservação preventiva, com duas vantagens claras: conservar continuamente o património e aumentar a oferta de qualidade de visita aos monumentos, o que previsivelmente incrementará a receita;
4. Desenvolver estudos, projetos e obras em imóveis classificados e bens culturais integrados afetos à DRCAlg e em outros bens culturais classificados propriedade do Estado Português localizados na região;
5. Construir os procedimentos de salvaguarda para licenciamento e assegurar a monitorização e controlo das intervenções e obras de conservação, de restauro e de requalificação nos imóveis classificados e localizados nas zonas de proteção e as intervenções no património móvel e móvel integrado;
6. Instruir os procedimentos de autorização e assegurar a monitorização e controlo dos trabalhos arqueológicos realizados na região.
7. Acompanhar a preparação dos Planos Municipais de Ordenamento do Território e dos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental na área dos bens culturais e dos equipamentos de cultura;
8. Propor à DGPC e analisar propostas de classificação de bens culturais imóveis e móveis localizados na região e executar os procedimentos instrutórios de classificação e definição de Zonas Especiais de Proteção;
9. Manter atualizado o inventário dos bens culturais imóveis da região e a respetiva cartografia georreferenciada e atualizar os conteúdos da base de dados de Inventário do SI Ulisses;
10. Promover a monitorização dos bens culturais imóveis da região (monumentos, conjuntos e sítios classificados e áreas arqueológicas), promovendo a fiscalização conjunta para salvaguarda do património cultural fora das zonas urbanas através do protocolo estabelecido com GNR/SEPNA;
11. Promover a investigação, registo e inventariação de manifestações do Património Cultural Imaterial que possam contribuir para o reforço da identidade regional. Analisar propostas e executar os procedimentos instrutórios de inscrição de bens culturais imateriais no INPCI;



12. Assegurar o investimento em produtos e conteúdos dos monumentos afetos – permitindo o aumento de oferta e, conseqüentemente, da receita;
13. Continuar a implementação de ações de articulação com o turismo e com as autarquias para a valorização e divulgação patrimonial, visando a valorização e divulgação do património cultural através dos projetos com financiamento comunitário;
14. Promover a articulação de projectos regionais que possibilitem a valorização do património religioso do Algarve, em cooperação com entidades proprietárias, a AMAL, a Região de Turismo, o IEFP e a CCDRALgarve;
15. Desenvolver o projeto «Articular para Intervir», corporizando o contributo da DRCAIlg para o plano de salvaguarda da Dieta Mediterrânica, dinamizando ações em torno da salvaguarda deste PCI da Humanidade da UNESCO;
16. Prestar apoio técnico às Misericórdias existentes na região em conformidade com o Protocolo de colaboração estabelecido entre o SEC e a União das Misericórdias Portuguesas;
17. Viabilizar através de investimento também público de intervenções em torno de rotas que podem contribuir para maior atratividade do património da região;
18. Participar nas reuniões da Rede de Museus do Algarve;
19. Instruir os procedimentos de incorporação em museus da Rede Portuguesa de Museus relativos aos espólios procedentes de trabalhos arqueológicos efetuados na região;
20. Gerir as reservas de materiais arqueológicos afetas à DRCAIlg (atualmente em depósito nas instalações da DRC e em Aljezur) e preparar a instalar reservas de materiais arqueológicos afetas à DRCAIlg, em Vila do Bispo e em Castro Marim mediante a implementação de protocolos com as CM de Vila do Bispo e de Castro Marim;
21. Continuar o inquérito aos acervos de materiais arqueológicos existentes em depósitos, coleções visitáveis e museus fora da região, tendo em vista a criação de um centro de reservas arqueológico do Algarve.

Na área dos instrumentos de gestão cultural estratégicos para a região:



1. Manter atualizado o PRIPALG, identificando as necessidades de conservação prioritária nos imóveis classificados de grau nacional localizados na região; indo além da vertente de salvaguarda, ambicionamos incluir no PRIPALG em 2017 as componentes de I&D&I no domínio das ciências e técnicas do património, dotando o Plano da necessária vertente de investigação e qualificação profissional aplicada ao património arquitetónico e arqueológico.

Na área do apoio à ação e educação cultural e à criação artística, consideramos indispensáveis na persecução da nossa missão e atribuições:

1. O apoio à acção cultural – uma atividade que permite apoiar diversos agentes culturais regionais e colmatar as assimetrias regionais;
2. Projetos de Educação Artística e Patrimonial – permite uma forte relação com as comunidades e, sobretudo, o alargamento de novos públicos e novos cruzamentos culturais;
3. Promover ações de criação artística e de cruzamentos disciplinares – aliando a contemporaneidade e a tradição;
4. Realização de iniciativas no âmbito do Programa de Dinamização e Valorização dos Monumentos (DIVaM) a realizar nos monumentos afetos estando incluídas nas ações do programa quase duas dezenas de agentes culturais;
5. Continuação da atribuição do Prémio Maria Veleda, iniciado em 2014;
6. Continuidade das atividades de promoção da leitura, do livro e da literatura no Algarve;
7. Apoio a edições e a autores que promovam a história, património e cultura portuguesa;

Continuidade de ofertas formativas aos técnicos de cultura, património, museus e turismo.

Na área dos instrumentos de gestão cultural estratégicos para a região:

1. Manter atualizado o PRIPALG, identificando as necessidades de conservação prioritária nos imóveis classificados de grau nacional localizados na região; indo além da vertente de salvaguarda, ambicionamos incluir no PRIPALG em 2017 as componentes de I&D&I no domínio das ciências e técnicas do património, dotando o Plano da necessária vertente de investigação e qualificação profissional aplicada ao património arquitetónico e arqueológico;
2. Promover e realizar estudo sobre os públicos culturais do Algarve;
3. Dar continuidade à parceria com a Universidade do Algarve para o delinear da estratégia cultural regional;
4. Verificar e definir com a Comissão de Coordenação da Região do Algarve – de acordo com o trabalho preparatório realizado em 2015, com o PROTAL, com o PRIPALG e com os trabalhos do Plano Estratégico de Cultura para o Algarve – no âmbito do CRESC e das verbas disponíveis e a sua aplicação nas prioridades regionais;

Alo

5. Publicação dos relatórios das intervenções de conservação, restauro e reabilitação nos bens imóveis classificados e no património integrado;
6. Promoção da publicação de estudos científicos sobre os bens culturais da região;
7. Produção de Guias, de Roteiros e de outros materiais de divulgação para os monumentos afetos;
8. Promover a visita aos monumentos afetos, nomeadamente através do estabelecimento de protocolos de parceria com outras entidades;
9. Participar na Feira da Dieta Mediterrânica (em Tavira).

Atividades/projetos que não estão diretamente relacionadas com objetivos estratégicos

1. Desenvolvimento de Manual de Procedimentos para os vários serviços, pelos próprios e introdução de procedimentos de modernização administrativa que facilitem a acessibilidade do cidadão.

Ao nível das atividades de suporte e correntes existem ainda as seguintes atividades e responsabilidades:

Atividade de suporte		
Planeamento Interno		
Atividades/Projetos	Calendário/periodicidade	Responsabilidade
Atualização do plano anti-corrupção	2º trimestre de 2018	DSBC/DAR
Preparação do plano de actividades	novembro/dezembro	DSBC/DAR
Recolha dos dados para monitorização do QUAR	outubro/novembro	DAR/DSBC
Elaboração do relatório de actividades	março/abril	DAR/DSBC
Preparação do Mapa de Pessoal Anual	Anual	DAR/DR
Preparação do Balanço Social	março/abril	DAR/DR
Entrega da conta de gerência	março/abril	DAR/DR
Atividades correntes		
Atividades	Calendário/periodicidade	Responsabilidade
Reunião de coordenação interna	Trimestral	DSBC/DAR

Atividade dos grupos de trabalho internos e de representação institucional.

A DRCAIlg, pelas suas atribuições, desenvolve atividades de representação em estruturas nacionais. Nos quadros seguintes, está referida a atividade de representação nesses grupos e comissões de cooperação, com indicação das unidades orgânicas da DRCAIlg que as asseguram, e



ainda a atividade em grupos de trabalho internos com uma previsão do número de reuniões anuais.

Grupos de Trabalho Internos			
Conselho/Comissão/Grupo	Enquadramento	Unidade Orgânica	Nº. de reuniões (ano)
Comissão de Apoio à Edição	Comissão criada em 2014 com júri externo á DRCAlg para deliberação de apoios	Diretora e Natércia Magalhães	03
Grupo do Património Religioso e Turismo	Grupo criado tendo em vista o desenvolvimento do património religioso em rede, com participação da Diocese do Algarve, da União das Misericórdias, IEPF e Região de Turismo do Algarve	Diretora, DSBC e Natércia Magalhães	03
Grupos de Trabalho Externos Nacionais e Regionais			
Conselho/Comissão/Grupo	Enquadramento	Unidade Orgânica	Nº. de reuniões (ano)
Comissão de Acompanhamento regional da Dieta Mediterrânica/CCDrAlg e Presidente da Câmara Municipal de Tavira	Candidatura de Tavira à UNESCO e consagração como Património Imaterial da Humanidade	Diretora e Cristina Fé Santos	04
GT PRVPS	Projeto de Requalificação e Valorização do Promontório de Sagres	DSBC, DAR, Luciano Rafael, Cristina Farias, Carlos Dias	10
Rede de Museus do Algarve (rede informal)	Rede criada no âmbito dos museus da região que inclui vários grupos de trabalho e procura dinamizar uma intervenção e investigação conjunta no território	DSBC, Raquel Roxo e Cristina Fé Santos	10
Grupos de Trabalho Externos Internacionais			
Conselho/Comissão/Grupo	Enquadramento	Unidade Orgânica	Nº. de reuniões (ano)
Secção de Património Arquitetónico e Arqueológico do CNC	CNC	Diretora	06-09
Secção de Museus, Conservação, Restauro e Património Imaterial do CNC	CNC	Diretora	06-09

A participação em comissões organizadoras e científicas nos domínios de encontros, seminários e workshops em torno do património e da cultura é também uma constante ao longo do ano, assumindo participação quer ao nível da Direção, quer dos técnicos especializados.

Ass

Recursos Humanos e Financeiros

Para o Orçamento de 2018 foi atribuído um valor total de Receitas Gerais de € 1.098.978 a que corresponde €932.669 de orçamento de Funcionamento e €166.309 de orçamento de Investimento.

Destacamos no Orçamento os seguintes projetos co-financiados a saber:

O projeto de “Requalificação e Valorização do Promontório de Sagres (2ª fase)”, com a seguinte divisão:

FF 129 – PIPITAL – € 500.000

FF 169 – PIT – €898.091

FF 216 - FEDER CRESC Algarve 2020 –

O projeto da Promoção do Turismo Sustentável no Baixo Guadiana – Castelos de Fronteira – “Itinerário Cultural das paisagens e castelos Baixo e Tardomedievais do sudoeste peninsular”:

FF 167 – € 2.500

FF 221 – € 7.500

O projeto Itinerário Virtual do Património Romano:

FF 167 – €2.500

FF 221 – €7.500

O projeto Al-mutamid II – Despesas pessoal:

FF 167 – €2.500

FF 221 – €7.500

O projeto Património Industrial Transfronteiriço:

FF 167 – €2.500

FF 221 – €7.500

No orçamento de Investimento, projeto 1052 temos os seguintes valores:

FF 151 – €76.309

FF 216 – €111.672

Estas verbas são suportar os encargos com os seguintes projetos no âmbito do CRESC ALGARVE 2020:

ALG-04-2114-FEDER-000005 – Intervenção de Conservação e Restauro no Portal Principal da Sé de Silves;

ALG-04-2114-FEDER-000009 – Monumentos Megalíticos de Alcalar: reabilitação do Monumento Alcalar 9 e Área Envolvente;

ABS

ALG-04-2114-FEDER-000010 – Programa de Conservação e Requalificação das Ruínas Romanas de Milreu.

ALG-04-2114-FEDER-000011 – Centro Expositivo Multimédia dos Descobrimentos Portugueses – suportado pelos apoios PIT, PIPITAL e CRESC 2020;

- a. Orçamento de funcionamento (documento em anexo);
- b. Mapa de pessoal (em anexo).

Relativamente aos recursos humanos, para 2018 temos um mapa de pessoal aprovado com 48 trabalhadores, correspondente a mais 8 postos de trabalho.

Vamos desencadear os procedimentos para a colocação em regime de mobilidade de 1 Técnico Superior e 7 Assistentes Administrativos, com base no n.º 1 do art.º 29.º da Lei 35/2014 de 20/06 – "Os órgãos e serviços prevêm anualmente o respetivo mapa de pessoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução."

No decorrer deste ano as consolidações das mobilidades estão previstas com o objetivo de reforçar e fortalecer o Recursos Humanos desta Direção, evitando com isso a instabilidade dos recursos humanos, que nos últimos anos têm afetado o desempenho e o funcionamento dos serviços.

. Plano de Formação (em anexo).

Para o Plano de Formação 2018, a Direção Regional de Cultura do Algarve dispõe da seguinte verba:

- €2.300 - Formação TIC (GERFIP e outros);
- €2.300 - Formação Outros.

Devido às cativações para 2018, foram estabelecidas como prioridades principais nesta área as formações sobre as plataformas eletrónicas e a Contratação Pública.

AB

Conclusões

Metodologia de trabalho

O processo de elaboração do Plano teve início com a informação junto dos técnicos superiores e coordenadores sobre a necessidade de recolha de dados para promover o levantamento, em todas as Unidades Orgânicas, dos dados dos respetivos projetos e atividades a desenvolver em 2017, bem como dos recursos necessários à sua implementação, quer fossem da exclusiva responsabilidade de cada unidade orgânica, quer tivessem uma responsabilidade partilhada.

A informação obtida foi sistematizada e harmonizada, num processo de diálogo com as unidades orgânicas e foi sendo submetida à apreciação superior, tendo daí resultado o presente documento final, associado à proposta de orçamento e a definição das opções para a cultura na região. Houve que definir prioridades tendo por base os valores disponíveis para funcionamento e investimento, bem como considerando os projetos de continuidade e os níveis de maturidade das propostas em curso.

A coordenação do processo de elaboração do presente Plano de Atividades foi da responsabilidade da Directora Regional, com o apoio da DAR (Divisão de Administração de Recursos) para a recolha os dados respeitantes aos recursos humanos e financeiros, e do Director de Serviços de Bens Culturais (DSBC) para a definição das actividades e projectos associados aos bens culturais.

Aconteceram reuniões preparatórias e reuniões de comunicação das propostas finais, com vista ao melhor e mais amplo conhecimento dos problemas associados ao plano de actividades e ao orçamento de 2018. Já em Janeiro de 2018 teve lugar uma reunião onde foram comunicadas de forma alargada as cativações efetuadas e as prioridades definidas para 2018. Assim como, tiveram lugar umas Jornadas Técnicas Internas onde se comunicaram e explicaram, a todos os técnicos, todas as condicionantes e disponibilidades orçamentais.

Handwritten signature

Considerações finais

O plano de atividades é um documento principal de orientação da atuação da Direção Regional pelo que reflete não só a actividade a desenvolver, mas também as condicionantes da mesma, pelo que se sistematizam alguns pontos críticos identificados.

Dificuldades/Constrangimentos:

Uma das principais dificuldades resulta do elevado investimento público que deve ser efetuado anualmente para a preservação e manutenção do sítio pelas características da envolvente ambiental que tornam o clima muito agreste à salvaguarda dos seus equipamentos;

A escassez de fundos públicos e de mecenato cultural na região dificultam a angariação de outras fontes de financiamento;

A falta de mais meios humanos especializados em determinadas áreas torna difícil o cumprimento com celeridade e qualidade de alguns procedimentos necessários.

O funcionamento dos serviços é também condicionado pelas restrições e cativações orçamentais, quer em termos de funcionamento quer de investimento.

Trunfos/Oportunidades:

Tem havido um esforço conjunto da CCDR Algarve e do Turismo de Portugal para a disponibilização de fundos comunitários e de investimento nacional, tendo em vista a salvaguarda e a valorização deste Património que se acredita da Humanidade.

- Existe uma relação de proximidade com algumas autarquias locais (Vila do Bispo, Lagos, Aljezur, Monchique, Silves, Portimão, Lagoa, Albufeira, Castro Marim, Vila Real de Santo António, Tavira, Faro, para nomear as mais relevantes), com as quais e têm sido feitas boas parcerias no desenvolvimento de parcerias, de visitas de estudo e de actividades tendo em vista a sensibilização e promoção do local como património e da cultura.

- Sagres é reconhecido como um sítio 'must-see' pelos operadores turísticos e pelo turismo da região, e os seus valores culturais e ambientais têm sido objecto de promoção pelas várias



entidades locais e regionais com responsabilidades na região nestes domínios, incluindo Associações de Desenvolvimento Regional que aí associam eventos com dinâmicas de turismo de natureza e ecoturismo, como é o caso do Festival do Bird Watching e da Bienal do Turismo de Natureza.

- Os Monumentos do Algarve têm vindo a assumir uma maior notoriedade regional e todos os que se encontram sob gestão da Direção Regional de Cultura do Algarve (direta ou partilhada), registaram números muito positivos no último ano, aumentando a sua procura em mais de 19% no total.

Relativamente à concretização da proposta deste Plano de Atividades, nestas notas finais gostaríamos de reforçar quatro aspetos que nos parecem fulcrais no cumprimento da nossa missão e das nossas atribuições:

1. A necessidade premente de preencher o Mapa de Pessoal, respetivamente nas áreas da salvaguarda e da receção e vigilância dos monumentos (sobretudo Sagres e Milreu);
2. A necessidade de investirmos na manutenção corrente dos monumentos afetos, permitindo evitar futuras intervenções de fundo muito mais onerosas;
3. A necessidade de diversificar e dinamizar a oferta dos produtos culturais das lojas para aumentar a receita;
4. A necessidade de concretizar as várias obras e projetos com financiamentos no âmbito do CRESC 2020 e de outras fontes de financiamento em curso.

Na definição deste plano e orçamento tentou-se assegurar os mínimos aceitáveis de apoio à atividade cultural na Região através da manutenção da verba do apoio à Ação Cultural e de minorar a quase ausência de verba para a manutenção e valorização dos monumentos afetos, bem como para intervir nos edifícios prioritários definidos no Plano Regional de Intervenções Prioritárias. Importa, igualmente, mencionar o diminuto orçamento de investimento para novas intervenções que se vão identificando, mas sobretudo para a concretização de outras propostas de requalificação e até de conservação que continuam a ficar na lista de prioridades definidas, mas sem capacidade de realização.

Conscientes da necessidade de contribuir para a diminuição do défice do Estado. Finalizamos informando de que apesar desses constrangimentos a preocupação na elaboração desta proposta de Plano de Atividades foi a de manter a qualidade do serviço público prestado. No entanto, a reduzida capacidade de investimento na região (região em fasing out) penaliza o cumprimento da nossa missão, bem como as nossas atribuições, a atividade cultural regional e a salvaguarda do património de uma forma mais alargada.

Alexandra Rodrigues Gonçalves

Faro, 10 de fevereiro de 2018

Alexandra Rodrigues Gonçalves

Alb

Anexos

MISSÃO: "Criação de condições de acesso aos bens culturais, o acompanhamento das atividades e a fiscalização das estruturas de produção artística financiadas pelos serviços e organismos da área da cultura, o acompanhamento das ações relativas à salvaguarda, valorização e divulgação do património cultural imóvel, e o apoio a museus."

Objetivos Estratégicos

DESIGNAÇÃO

OE1 Valorização Profissional

OE2: Salvaguardar, conservar, preservar e requalificar património

OE3: Promover a fruição e divulgar o património, as artes, o cinema e o audiovisual, o livro, a leitura e a investigação

OE4: Apoiar a criação, produção, promoção e artística e a sua projeção internacional

Objetivos Operacionais

PESO 40%

Eficácia

OO1. Promover a fruição e divulgar o Património

25,0

INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor crítico	PESO	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação
1. Número de visitantes de monumentos, sítios arqueológicos e exposições; número de espetadores de eventos de carácter cultural realizados nos monumentos e sítios arqueológicos	470.000	441.276	392.000	3%	488.493	100%				

OO2. Promover a salvaguarda, valorização e proteção do património cultural da região

75,0

INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor crítico	PESO	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação
2. N.º de procedimentos de classificação de Imóveis e ZEP submetidos à DGPC.	8	5	6	2	9	15%				
3. N.º de ações de conservação, de restauro e de requalificação do património edificado	8	3	6	2	10	15%				
4. N.º de ações de conservação, de restauro e de requalificação do património móvel e do património móvel integrado na região.	n/d	1	2	1	5	25%				
5. Taxa de acompanhamento das intervenções de conservação, de restauro e de requalificação do património edificado, móvel e móvel integrado realizadas na região (% de intervenções monitorizadas relativamente ao número total de intervenções)	70%	85%	80%	10%	95%	25%				
6. Taxa de acompanhamento/ fiscalização no terreno dos trabalhos arqueológicos invasivos realizados na região (% de intervenções monitorizadas relativamente ao nº total de intervenções).	n/d	75%	90%	10%	100%	20%				

PESO 30%

Eficiência

OO3. Promover o apoio e o acompanhamento das atividades culturais apoiadas na região

60,0

INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor crítico	PESO	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação
7. N.º de projetos de criação e produção artística/cinematográfica apoiados	55	72	60	6	80	100%				

OO4. Concretizar parcerias que contribuam para a salvaguarda e valorização dos bens culturais e patrimoniais da região

40,0

INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor crítico	PESO	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação
8. N.º de propostas de candidatura ou integração de candidaturas de rotas temáticas	2	2	2	1	3	40%				
9. N.º de reuniões com entidades externas relativas a propostas de parceria / acordos ou protocolos	7	7	5	2	10	60%				

PESO 30%

Qualidade

OO5. Adotar procedimentos de boas práticas no atendimento ao cidadão e monitorização do grau de satisfação dos cidadãos e clientes da DRALG e visitantes dos monumentos

40,0

INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor crítico	PESO	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação
12. Prazo de apresentação dos resultados de questionário aos visitantes dos monumentos com entrada controlada, com tratamento dos respetivos dados, em meses		11	11	1	9	100%				

OO6. Promover a formação profissional

40,0

INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor crítico	PESO	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação
13. Quantidade de sessões formativas/ palestras organizadas pela Direção Regional ou em parcerias com entidades externas			8	2	10	100%				

OO7. Monitorizar os indicadores de desempenho das unidades homogéneas (imóveis afetos), de forma a garantir a sua comparabilidade

20,0

INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor crítico	PESO	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação
15. Prazo para realização relatório anual, expresso em dias	59 dias	59 dias	59	15	31	100%				

NOTAS EXPLICATIVAS

Objetivos Relevantes:

Critérios de seleção: O n.º de objetivos relevantes escolhidos () é igual/superior ao n.º de objetivos relevantes exigidos (pelo menos metade dos objetivos operacionais do Instituto). A soma da percentagem de contribuição para a avaliação final destes objetivos operacionais é de % (superior aos 50% exigidos).

Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	Pontuação CCAS	Quadro pessoal aprovado	Pontos planeados	Realizado		
				UERHE	Pontuação	DESVIOS
Dirigentes - Direcção Superior	20	1	20			
Dirigentes - Direcção intermédia e chefes de equipa	16	2	32			
Técnico Superior - (inclui especialistas de informática)	12	15	180			
Coordenador Técnico - (inclui chefes de secção)	9	1	9			
Assistente Técnico - (inclui técnicos de informática)	8	22	176			
Encarregado geral operacional	7		0			
Encarregado operacional	6		0			
Assistente operacional	5	7	35			
Total		48	452			

Notas:

Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIOS
Orçamento de funcionamento	4.615.992 €		
Despesas com Pessoal	1.081.759 €		
Aquisições de Bens e Serviços	425.389 €		
Outras despesas correntes	171.600 €		
Despesas restantes	27.793 €		
Orçamento de Investimento	187.981 €		
Outros			
TOTAL (OF+Orçamento Investimento+Outros)	4.803.973,00 €	- €	- €

Notas:

JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS

AVALIAÇÃO FINAL	Taxa Realização	Classificação
Eficácia		
OO1. Promover a fruição e divulgar o Património		
OO2. Promover a salvaguarda, valorização e proteção do património cultural da região		
Eficiência		
OO3. Promover o apoio e o acompanhamento das atividades culturais apoiadas na região		
OO4. Concretizar parcerias que contribuam para a salvaguarda e valorização dos bens culturais e patrimoniais da região		
Qualidade		
OO5. Adotar procedimentos de boas práticas no atendimento ao cidadão e monitorização do grau de satisfação dos cidadãos e clientes da DRCALG e visitantes dos monumentos		
OO6. Promover a formação profissional		
OO7. Monitorizar os indicadores de desempenho das unidades homogéneas (imóveis afetos), de forma a garantir a sua comparabilidade		

Eficácia		Fontes de Verificação
1	Número de visitantes de monumentos, sítios arqueológicos e exposições; número de espetadores de eventos de carácter cultural realizados nos monumentos e sítios arqueológicos	Relatório de Indicadores de desempenho das unidades homogéneas/plataformas eletrónicas (cultalg.pt, monumentosdoalgarve.pt, pt.facebook.com/DRCAIlg)
2	N.º de procedimentos de classificação de imóveis e ZEP submetidos à DGPC.	Sistema de informação Ulisses
3	N.º de ações de conservação, de restauro e de requalificação do património edificado	Sistema de informação Ulisses
4	N.º de ações de conservação, de restauro e de requalificação do património móvel e do património móvel integrado na região.	Sistema de informação Ulisses
5	Taxa de acompanhamento das intervenções de conservação, de restauro e de requalificação do património edificado, móvel e móvel integrado realizadas na região (% de intervenções monitorizadas relativamente ao número total de intervenções)	Atas/Folhas de livros de Obra com n.º de Csdoc no sistema de informação Ulisses
6	Taxa de acompanhamento/ fiscalização no terreno dos trabalhos arqueológicos invasivos realizados na região (% de intervenções monitorizadas relativamente ao n.º total de intervenções).	Atas/Folhas de livros de Obra com n.º de Csdoc no sistema de informação Ulisses
Eficiência		Fontes de Verificação
9	N.º de projetos de criação e produção artística/cinematográfica apoiados	Contab; Gerfip
10	N.º de propostas de candidatura ou integração de candidaturas de rotas temáticas	Contab; Formulários
11	N.º de reuniões com entidades externas relativas a propostas de parceria / acordos e ou protocolos	Contab; Atas
Qualidade		Fontes de Verificação
12	Prazo de apresentação dos resultados de questionário aos visitantes dos monumentos com entrada controlada, com tratamento dos respetivos dados, em meses	Contab;
13	Quantidade de sessões formativas/ palestras organizadas pela Direção Regional ou em parcerias com entidades externas	Contab;
14	Prazo para realização relatório anual, expresso em dias	Relatório de Monitorização; Relatório de Atividades; Contab.

Handwritten signature or initials in blue ink.

OBJECTIVOS OPERACIONAIS	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS			
	OE 1	OE 2	OE 3	OE 4
001			X	
002		X		
003				X
004			X	
005	X		X	
006	X			
007			X	



Plano de Formação 2018

ÁREA	FORMANDOS					NOTAS
	Dirigente	Téc. Sup.	Ass. Téc.	Ass. Oper.		
Formação de dirigentes						
Assuntos Europeus e cooperação						
Gestão Organizacional						
Gestão de Pessoas						
Assuntos Jurídicos		1	1			
Contabilidade e Finanças	1	1	1			
Liderança e desenvolvimento Pessoal						
Tecnologias de informação		1	1	1		
Edificação e urbanização						
Património						
Sistema de informação Geografica						
Cultura						
Formação Parceria com IEFP			4	3		

AA

2289
080030400
253
111

DRCALG
DIREÇÃO-REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE
CULTURA
RG não afetas a projetos cofinanciados

Página 1
Data de emissão: 26.02.2018
Hora de emissão: 10:27:27

Mapa do orçamento Inicial Despesa
2018

Prog.	Med.	Act\Proj	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Dotação Inicial
					544.132,00
* 009	036	258	D.01.01.03.00.00	PESSOAL DOS QUADROS-REGIME DE FUNÇÃO PÚBLICA	544.132,00
* 009	036	258	D.01.01.03.00.00	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	105.634,00
* 009	036	258	D.01.01.09.00.00	GRATIFICAÇÕES	1.400,00
* 009	036	258	D.01.01.10.00.00	REPRESENTAÇÃO	15.408,00
* 009	036	258	D.01.01.11.00.00	SUBSÍDIO DE REPRICIAÇÃO	0,00
* 009	036	258	D.01.01.13.00.00	SUBSÍDIO MATAI	56.378,00
* 009	036	258	D.01.01.14.SN.00	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	2.000,00
* 009	036	258	D.01.02.02.00.00	AJUDAS DE CUSTO	2.500,00
* 009	036	258	D.01.02.04.00.00	ABONO P/ FALHAS	7.500,00
* 009	036	258	D.01.02.05.00.00	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE	4.000,00
* 009	036	258	D.01.02.14.00.00	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	814,00
* 009	036	258	D.01.03.03.00.00	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	171.637,00
* 009	036	258	D.01.03.05.A0.A0	SEGURANÇA SOCIAL	21.266,00
* 009	036	258	D.01.03.05.A0.B0		21.266,00
** 009	036				932.669,00
*** 009					932.669,00
*****	F. Finan. 111				932.669,00

Mapa do orçamento Inicial Despesa
2018

Prog.	Mod.	Act\Proj.	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Dotação Inicial
009	036	106	D.02.02.20.E0.00	OUTROS	44.850,00
009	036	106	D.02.02.20.E0.00		44.850,00
009	036	106	D.04.07.01.00.00	INSTITUIÇÕES S/ FINS LUCRATIVOS	160.000,00
009	036	106	D.04.07.01.00.00		160.000,00
009	036	106	D.04.08.02.B0.00	OUTRAS	5.000,00
009	036	106	D.04.08.02.B0.00		5.000,00
009	036	106	D.02.02.16.00.00	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	1.150,00
009	036	106	D.02.02.16.00.00		1.150,00
009	036	108	D.02.02.20.E0.00	OUTROS	5.750,00
009	036	108	D.02.02.20.E0.00		5.750,00
009	036	109	D.02.02.20.E0.00	OUTROS	10.000,00
009	036	109	D.02.02.20.E0.00		10.000,00
009	036	258	D.01.01.09.00.00	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	44.674,00
009	036	258	D.01.01.09.00.00		44.674,00
009	036	258	D.01.01.13.00.00	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	49.038,00
009	036	258	D.01.01.13.00.00		49.038,00
009	036	258	D.01.01.14.SF.00	SUBSIDIO FERIAS	56.378,00
009	036	258	D.01.01.14.SF.00		56.378,00
009	036	258	D.02.01.02.00.00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	10.350,00
009	036	258	D.02.01.02.00.00		10.350,00
009	036	258	D.02.01.04.00.00	LIMPEZA E HIGIENE	2.169,00
009	036	258	D.02.01.04.00.00		2.169,00
009	036	258	D.02.01.07.00.00	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	345,00
009	036	258	D.02.01.07.00.00		345,00
009	036	258	D.02.01.08.A0.00	PAPEL	690,00
009	036	258	D.02.01.08.A0.00		690,00
009	036	258	D.02.01.08.B0.00	CONSUMÍVEIS DE IMPRESSÃO	2.300,00
009	036	258	D.02.01.08.B0.00		2.300,00
009	036	258	D.02.01.08.C0.00	OUTROS	1.639,00
009	036	258	D.02.01.08.C0.00		1.639,00
009	036	258	D.02.01.16.00.00	MERCADORIAS PARA A VENDA	6.900,00
009	036	258	D.02.01.16.00.00		6.900,00
009	036	258	D.02.01.21.00.00	OUTROS BENS	7.590,00
009	036	258	D.02.01.21.00.00		7.590,00
009	036	258	D.02.02.01.A0.00	AGENCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.	47.823,00
009	036	258	D.02.02.01.A0.00		47.823,00
009	036	258	D.02.02.01.B0.00	encargos das instalações	0,00
009	036	258	D.02.02.01.B0.00		0,00
009	036	258	D.02.02.02.00.00	LIMPEZA E HIGIENE	20.000,00
009	036	258	D.02.02.02.00.00		20.000,00
009	036	258	D.02.02.03.00.00	CONSERVAÇÃO DE BENS	69.563,00
009	036	258	D.02.02.03.00.00		69.563,00

2289
080030400
253
123

DRCALG
DIREÇÃO-REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE
CULTURA
RP DO ANO COM POSSIBILIDADE DE TRANSIÇÃO

Página 3
Data de emissão: 26.02.2018
Hora de emissão: 10:27:27

Mapa do orçamento Inicial Despesa
2018

Prog.	Med.	Act\Proj.	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Dotação Inicial
009	036	258	D.02.02.06.00.00	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	15.000,00
*	009	036	D.02.02.06.00.00		15.000,00
009	036	258	D.02.02.09.A0.00	ACESSOS A INTERNET	3.000,00
*	009	036	D.02.02.09.A0.00		3.000,00
009	036	258	D.02.02.09.C0.00	COMUNICAÇÕES FIXAS DE VOZ	900,00
*	009	036	D.02.02.09.C0.00		900,00
009	036	258	D.02.02.09.D0.00	COMUNICAÇÕES MÓVEIS	1.150,00
*	009	036	D.02.02.09.D0.00		1.150,00
009	036	258	D.02.02.09.F0.00	OUTROS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES	2.300,00
*	009	036	D.02.02.09.F0.00		2.300,00
009	036	258	D.02.02.10.00.00	TRANSPORTES	1.840,00
*	009	036	D.02.02.10.00.00		1.840,00
009	036	258	D.02.02.11.00.00	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	1.500,00
*	009	036	D.02.02.11.00.00		1.500,00
009	036	258	D.02.02.12.00.00	OUTRAS	4.000,00
*	009	036	D.02.02.12.00.00		4.000,00
009	036	258	D.02.02.13.00.00	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	10.166,00
*	009	036	D.02.02.13.00.00		10.166,00
009	036	258	D.02.02.15.A0.00	TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TIC	2.300,00
*	009	036	D.02.02.15.A0.00		2.300,00
009	036	258	D.02.02.15.B0.00	OUTRAS	2.300,00
*	009	036	D.02.02.15.B0.00		2.300,00
009	036	258	D.02.02.17.A0.00	PUBLICIDADE OBRIGATORIA	2.000,00
*	009	036	D.02.02.17.A0.00		2.000,00
009	036	258	D.02.02.17.B0.A0	EM TERRITÓRIO NACIONAL	2.000,00
*	009	036	D.02.02.17.B0.A0		2.000,00
009	036	258	D.02.02.18.00.00	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	840,00
*	009	036	D.02.02.18.00.00		840,00
009	036	258	D.02.02.19.A0.A0	IMPRESSORAS/FOTOCOPIADORAS/SCANNER	575,00
*	009	036	D.02.02.19.A0.A0		575,00
009	036	258	D.02.02.19.B0.00	SOFTWARE INFORMÁTICO	4.313,00
*	009	036	D.02.02.19.B0.00		4.313,00
009	036	258	D.02.02.19.C0.00	OUTROS	20.369,00
*	009	036	D.02.02.19.C0.00		20.369,00
009	036	258	D.02.02.20.A0.C0	OUTROS	2.875,00
*	009	036	D.02.02.20.A0.C0		2.875,00
009	036	258	D.02.02.20.B0.00	PAGAMENTOS A ESPAP, I.P.	50.000,00
*	009	036	D.02.02.20.B0.00		50.000,00
009	036	258	D.02.02.20.C0.00	PAGAMENTOS A AMA, I.P.	12.000,00
*	009	036	D.02.02.20.C0.00		12.000,00
009	036	258	D.02.02.20.E0.00	OUTROS	9.633,00
*	009	036	D.02.02.20.E0.00		9.633,00

2289
080030400
253
123

DRCALG
DIREÇÃO-REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE
CULTURA
RP DO ANO COM POSSIBILIDADE DE TRANSIÇÃO

Página 4
Data de emissão: 26.02.2018
Hora de emissão: 10:27:27

Mapa do orçamento Inicial Despesa
2018

Prog.	Med.	Act\Proj	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Dotação Inicial
009	036	258	D.02.02.22.H0.00	OUTROS	1.093,00
*	009	036	258	D.02.02.22.H0.00	1.093,00
009	036	258	D.04.08.02.B0.00	OUTRAS	5.300,00
*	009	036	258	D.04.08.02.B0.00	5.300,00
009	036	258	D.06.02.01.00.00	IMPOSTOS E TAXAS	20.000,00
*	009	036	258	D.06.02.01.00.00	20.000,00
009	036	258	D.07.01.07.A0.C0	OUTROS	3.639,00
*	009	036	258	D.07.01.07.A0.C0	3.639,00
009	036	258	D.07.01.08.B0.B0	OUTROS	3.638,00
*	009	036	258	D.07.01.08.B0.B0	3.638,00
009	036	957	D.06.02.03.R0.00	RESERVA	24.093,00
*	009	036	957	D.06.02.03.R0.00	24.093,00
**	009	036			752.033,00
***	009				752.033,00
*****	F. Finan. 123				752.033,00

2289
080030400
253
129

DRCALG
DIREÇÃO-REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE
CULTURA
TRANSFERÊNCIAS DE RP ENTRE ORGANISMOS

Página 5
Data de emissão: 26.02.2018
Hora de emissão: 10:27:27

Mapa do orçamento Inicial Despesa
2018

Prog.	Mod.	Act\Proj.	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Orçação Inicial
009	036	109	D.07.03.05.00.00	BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	500.000,00
*	009	036	109	D.07.03.05.00.00	500.000,00
**	009	036			500.000,00
***	009				500.000,00
*****	F. Finan. 129				500.000,00

2289
080030400
253
161

DRCALG
DIREÇÃO-REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE
CULTURA
RF afetas a projetos cofinanciados-Feder

Página 6
Data de emissão: 26.02.2018
Hora de emissão: 10:27:27

Mapa do orçamento Inicial Despesa
2018

Prog.	Med.	Act/Proj	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Dotação Inicial
009	036	109	D.07.03.05.00.00	BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	183.709,00
*	009	036	109	D.07.03.05.00.00	183.709,00
**	009	036			183.709,00
***	009				183.709,00
*****	F. Finan. 161				183.709,00

AK

2289
080030400
253
167

DRCALG
DIREÇÃO-REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE
CULTURA
RP afetas a projetos cofinanciados-Outros

Página 7
Data de emissão: 26.02.2018
Hora de emissão: 10:27:27

Mapa do orçamento Inicial Despesa
2018

Prog.	Med.	Act\Proj	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Dotação Inicial
009	036	109	D.02.02.20.20.00	OUTROS	6.857,00
*	009	036	109	D.02.02.20.20.00	6.857,00
009	036	109	D.07.03.05.00.00	BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	21.100,00
*	009	036	109	D.07.03.05.00.00	21.100,00
**	009	036			27.957,00
***	009				27.957,00
*****	P. Finan. 167				27.957,00

Ass

2289
080030400
253
169

DRCALG
DIREÇÃO-REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE
CULTURA
Transferências de RP afetas a projetos cofinanciad

Página 8
Data de emissão: 26.02.2018
Hora de emissão: 10:27:27

Mapa do orçamento Inicial Despesa
2018

Prog.	Med.	Act\Proj	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Dotação Inicial
009	036	109	D.07.01.05.00.00	BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	898.091,00
*	009	036	109	D.07.01.05.00.00	898.091,00
**	009	036			898.091,00
***	009				898.091,00
*****	F. Finan. 169				898.091,00

2289
080030400
253
216

DRCALG
DIREÇÃO-REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE
CULTURA
FEDER - CRESC ALGARVE 2020

Página 9
Data de emissão: 26.02.2018
Hora de emissão: 10:27:27

Mapa do orçamento Inicial Despesa
2018

Prog.	Med.	Aut\Proj	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Dotação Inicial
009	036	109	D.07.03.05.00.00	BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	1.130.900,00
*	009	036	D.07.03.05.00.00		1.130.900,00
**	009	036			1.130.900,00
***	009				1.130.900,00
*****	P. Finan.	216			1.130.900,00

2289
080030400
253
221

DRCALG
DIREÇÃO-REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE
CULTURA
FEDER - PO TRANSFONTEIRIÇO ESPANHA-PORTUGAL

Página 10
Data de emissão: 26.02.2018
Hora de emissão: 10:27:27

Mapa do orçamento Inicial Despesa
2018

Prog.	Med.	Act\Proj	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Dotação Inicial
008	036	109	D.02.02.20.E0.00	OUTROS	29.003,00
*	008	036	109	D.02.02.20.E0.00	29.003,00
**	008	036			29.003,00
***	009				29.003,00
*****	F. Finan. 221				29.003,00
*****	Área funci 253				4.454.372,00
*****	Orgânica Legal 080030400				4.454.372,00

Handwritten signature or mark in the top right corner.

2289
089503900
253
151

DRCALG
DIREÇÃO-REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE
CULTURA
RG afetas a projetos cofinanciados-Feder

Página 11
Data de emissão: 26.02.2018
Hora de emissão: 10:27:27

Mapa do orçamento Inicial Despesa
2018

Prog.	Mod.	Act/Proj.	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Dotação Inicial
009	036	10052	D.02.02.20.00.00	OUTROS	89.513,00
*	009	036	10052	D.02.02.20.00.00	89.513,00
009	036	10052	D.07.03.05.00.00	BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	76.796,00
*	009	036	10052	D.07.03.05.00.00	76.796,00
**	009	036			166.309,00
***	009				166.309,00
****	F. Finan. 151				166.309,00

2289
089503900
253
216

DRCALG
DIREÇÃO-REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE
CULTURA
FEDER - CRESC ALGARVE 2020

Página 12
Data de emissão: 26.02.2018
Hora de emissão: 10:27:27

Mapa do orçamento Inicial Despesa
2018

Prog.	Med.	Act\Proj.	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Dotação Inicial
009	036	10052	D.02.02.20.E0.00	OUTROS	110.487,00
*	009	036	10052	D.02.02.20.E0.00	110.487,00
009	036	10052	D.07.03.05.00.00	BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	115.194,00
*	009	036	10052	D.07.03.05.00.00	115.194,00
**	009	036			225.681,00
***	009				225.681,00
*****	F. Finan. 216				225.681,00
*****	Área funci 253				391.990,00
*****	Orgânica Legal 089503900				391.990,00
*****	Empresa 2289				4.846.362,00

AB

2289

DRCALG
Todas as Orgânicas Legais
Todas as Áreas Funcionais
Todas as Fontes de Financiamento

Página 13
Data de emissão: 26.02.2018
Hora de emissão: 10:27:27

Mapa do orçamento Inicial Despesa
2018

Prog.	Mod.	Act/Proj.	Classif. Econômica	Descrição da Classificação Econômica	Dotação Inicial
*****					4.846.352,00

AG

2289
080030400
111

DRCALG
DIREÇÃO-REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE
RG não afetas a projetos cofinanciados

Página 1
Data de emissão: 26.02.2018
Hora de emissão: 10:29:07

Mapa do orçamento Inicial Receita
2018

Prog.	Mod.	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Previsão Inicial
009	036	R.99.99.98.01.00	Orçamento Funcionamento - Correntes	932.669,00
*	009	R.99.99.98.01.00		932.669,00
**	009			932.669,00
***	009			932.669,00
*****	F. Finan.	111		932.669,00

[Handwritten signature]

2289
080030400
123

DRCALG
DIREÇÃO-REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE
RP DO ANO COM POSSIBILIDADE DE TRANSIÇÃO

Página 2
Data de emissão: 26.02.2018
Hora de emissão: 10:29:07

Mapa do orçamento Inicial Receita
2018

Prog.	Med.	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Previsão Inicial
009	036	R.07.02.01.01.08	Org MC -Alugar espaços e equipam	23.133,00
* 009	036	R.07.02.01.01.08		23.133,00
009	036	R.07.02.08.01.08	Org MC -Serv soc recreat cultur e desp	728.900,00
* 009	036	R.07.02.08.01.08		728.900,00
**	009	036		752.033,00
***	009			752.033,00
*****	F. Finan. 123			752.033,00

[Handwritten signature]

2289
080030400
129

DRCALG
DIREÇÃO-REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE
TRANSFERÊNCIAS DE RP ENTRE ORGANISMOS

Página 3
Data de emissão: 26.02.2018
Hora de emissão: 10:29:07

Mapa do orçamento Inicial Receita
2018

Prog.	Med.	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Previsão Inicial
009	036	R.10.03.08.01.08	Org MC -Rec consig-Administ. Ctral-SFA	500.000,00
+	009	036	R.10.03.08.01.08	500.000,00
**	009	036		500.000,00
***	009			500.000,00
*****	F. Finan.	129		500.000,00

2289
080030400
161

DRCALG
DIREÇÃO-REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE
RP afetas a projetos cofinanciados-Feder

Página 4
Data de emissão: 26.02.2018
Hora de emissão: 10:29:07

Mapa do orçamento Inicial Receita
2018

Prog.	Sub.	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Previsão Inicial
009	036	R.10.01.02.01.08	Org MC -Privadas	183.709,00
*	009	R.10.01.02.01.08		183.709,00
**	009			183.709,00
***	009			183.709,00
*****	P. Finan. 161			183.709,00



2289
080030400
167

DRCALG
DIREÇÃO-REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE
RP afetas a projetos cofinanciados-Outros

Página 5
Data de emissão: 26.02.2018
Hora de emissão: 10:29:07

Mapa do orçamento Inicial Receita
2018

Prog.	NSD	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Previsão Inicial
009	036	R.07.02.99.99.08		
*	009	R.07.02.99.99.08	Org MC -Outros- Outr serviços	27.967,00
**	009			27.967,00
***	009			27.967,00
*****	F. Finan. 167			27.967,00

[Handwritten signature]

2289
080030400
169

DRCALG
DIREÇÃO-REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE
Transferências de RP afetas a projetos cofinanciad

Página 6
Data de emissão: 26.02.2018
Hora de emissão: 10:29:07

Mapa do orçamento Inicial Receita
2018

Prog.	Ned.	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Previsão Inicial
009	036	R.10.03.08.01.08	Org MC -Rec consig-Administ Ctral-SFA	898.091,00
*	009	R.10.03.08.01.08		898.091,00
**	009			898.091,00
***	009			898.091,00
*****	F. Finan. 169			898.091,00

2289
080030400
216

DRCALG
DIREÇÃO-REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE
FEDER - CRESC ALGARVE 2020

Página 7
Data de emissão: 26.02.2018
Hora de emissão: 10:29:07

Mapa do orçamento Inicial Receita
2018

Prog.	Sub.	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Previsão Inicial
009	036	R.06.09.01.01.08	Org MC -FEDER - Interv e acoes especific	1.130.900,00
* 009	036	R.06.09.01.01.08		1.130.900,00
**	009	036		1.130.900,00
***	009			1.130.900,00
*****	F. Finan. 216			1.130.900,00

Handwritten signature

2289
080030400
221

DRCALG
DIREÇÃO-REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE
FEDER - PO TRANSFRONTEIRIÇO ESPANHA-PORTUGAL

Página 8
Data de emissão: 26.02.2018
Hora de emissão: 10:29:07

Mapa do orçamento Inicial Receita
2018

Prog.	Mod.	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Previsão Inicial
009	036	R.06.09.01.01.08	Org MC -FEDER - Interv e acoes especific	29.003,00
* 009	036	R.06.09.01.01.08		29.003,00
** 009	036			29.003,00
*** 009				29.003,00
*****	F. Finan. 221			29.003,00
*****	Orgânica Legal 080030400			4.454.372,00

2289
089503900
151

DRCALG
DIREÇÃO-REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE
RG afetas a projetos cofinanciados-Feder

Página 9
Data de emissão: 26.02.2018
Hora de emissão: 10:29:07

Mapa do orçamento Inicial Receita
2018

Prog.	Mod.	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Previsão Inicial
009	036	R.99.99.99.01.00	Orçamento Investimento - Correntes	89.513,00
*	009	R.99.99.99.01.00		89.513,00
009	036	R.99.99.99.02.00	Orçamento Investimento - Capital	76.796,00
*	009	R.99.99.99.02.00		76.796,00
**	009	036		166.309,00
***	009			166.309,00
*****	P. Finan.	151		166.309,00

2289
089503900
216

DRCALG
DIREÇÃO-REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE
FEDER - CRESC ALGARVE 2020

Página 10
Data de emissão: 26.02.2018
Hora de emissão: 10:29:07

Mapa do orçamento Inicial Receita
2018

Frog.	Med.	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Previsão Inicial
009	036	R.06.09.01.01.08	Org MC -FEDER - Interv e ações especif	225.681,00
* 009	036	R.06.09.01.01.08		225.681,00
** 009	036			225.681,00
*** 009				225.681,00
*****	F. Finan.	216		225.681,00
*****	Orgânica Legal	089503900		391.990,00
*****	Empresa	2289		4.846.362,00

2289

DRCALG
Todas as Orgânicas Legais
Todas as Fontes de Financiamento

Página 11
Data de emissão: 26.02.2018
Hora de emissão: 10:29:07

Mapa do orçamento Inicial Receita
2018

PROG.	Mad.	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Previsão Inicial
*****				4.846.362,00



Plano de Formação 2018

ÁREA	FORMANDOS				NOTAS
	Dirigente	Téc. Sup.	Ass. Téc.	Ass. Oper.	
Formação de dirigentes					
Assuntos Europeus e cooperação					
Gestão Organizacional					
Gestão de Pessoas					
Assuntos Jurídicos		1	1		
Contabilidade e Finanças	1	1	1		
Liderança e desenvolvimento Pessoal					
Tecnologias de informação		1	1	1	
Edificação e urbanização					
Património					
Sistema de informação Geografica					
Cultura					
Formação Parceria com IEFP			4	3	

AA